Vilas, cidades e território. Diversas escalas de intervenção no Brasil dos séculos XVIII e XIX.

Clovis Ramiro Jucá Neto (UFC)

Rubenilson Brazão Teixeira (UFRN)

RESUMO GERAL

Esta mesa propoem o debate sobre intervenções da metrópole lusitana e do governo imperial em múltiplas escalas espaciais e temporais. O objetivo é amplificar o entendimento sobre a organização do espaço urbano e territorial, a formação e dinâmica da rede urbana e identificar os agentes envolvidos. Pesquisas recentes ampliaram, no tempo e espaço, a análise dos processos de criação de formas espaciais no território brasileiro. A discussão parte da complexidade da intervenção local – como expressão pontual da dinâmica geral – e do ordenamento territorial; e alcança a importância da análise comparativa macrorregional em busca de novas sínteses teóricas e conceituais, com o intuito de amplificar a apreensão dos processos históricos de fixação e intervenção no território. As pesquisas pressupõem a relação indissociável entre urbanização e formação territorial na América Portuguesa e no Império Brasileiro. Os processos deverão ser investigados sob variados aspectos como a circularidades de homens e ideias, os diferentes agentes, trajetórias de vidas, a política colonizadora, a morfologia dos núcleos, a relação entre os planos propostos e/ou efetivados e o levantamento documental, iconográfico e cartográfico. A Mesa tenciona aprofundar o debate da relação entre as especificidades dos processos locais, as dinâmicas regionais e transatlânticas; atenta aos paralelismos e confluências das ações ora identificados nos objetivos comuns dos projetos metropolitano português e imperial brasileiro de organização do território, ora nas práticas e produtos urbanos gerados. Reconhecemos que há bases comuns dos projetos metropolitano português e imperial de povoamento. Por outro lado, as particularidades devem-se a equação entre a geopolítica e as condicionantes dos diversos lugares de intervenção - o que significa a identificação das diversas escalas de intervenção. O estudo das realidades locais e regionais e o diálogo entre essas diferentes realidades, possibilita uma visão mais diversificada dos processos históricos da urbanização no passado. As materializações das ações, enquanto expressão da lógica sistêmica entre os mecanismos de apropriação e fixação dos diversos agentes no território e os condicionantes sociais, regionais e locais, atribuem especificidades aos recortes temporais e espaciais. Cada intervenção aponta para a sua existência relacional com o território, considerando suas diversas escalas, onde interagem os agentes. A caracterização das intervenções nas diferentes regiões e localidades é o depositário final das ações concernentes às múltiplas especificidades da escala territorial e sua relação com o urbano. Cada intervenção cria uma temporalidade e uma espacialidade própria possuindo como pano de fundo uma política global de onde emergem ações que interagem com os personagens locais. Na materialização do fixar-se, intencionalidades são manifestas e alianças são criadas, forjadas e rompidas em nome do projeto de ocupação e controle. Neste sentido, a noção de escala se aplica à análise das ações e intervenções. Indagamos: Qual a importância de cada região no território e de cada assentamento na região? Considerando o projeto global de apropriação e de fixação no espaço como cada região articula-se ao todo territorial? A escala das ações não é homogênea, nem tampouco sua materialização. A despeito do Estado irradiar a dinâmica colonizadora, o espaço modificado é resultado da ação dos distintos agentes envolvidos. A atenção volta-se às especificidades dos interesses dos agentes assim como a localização da intervenção enquanto condicionante econômico, político e geográfico onde

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**

as variáveis atuam. Daí o sentido da variedade histórica do processo e a importância do desvendamento das particularidades para darmos conta, como síntese, da política empreendida no território brasileiro.

ESPACIALIDADE BARROCA EM CIDADES DO NORDESTE DO BRASIL

Clovis Ramiro Jucá Neto (UFC); Maria Berthilde Moura Filha (UFPB); Rubenilson Brazão Teixeira (UFRN); Herbert de Vasconcelos Rocha (INTA)

Edifícios religiosos assumem um papel estruturante na organização do espaço, estabelecendo uma condição por vezes protagonista na cidade colonial brasileira. O presente artigo tenciona analisar ressonâncias barrocas em cidades do Nordeste do Brasil na segunda metade do século XVIII e nos cinquenta anos iniciais do século XIX. Procura romper com o sentido de "cidades barrocas" associadas unicamente aos grandes centros administrativos e ou econômicos, na maioria das vezes atrelados ao açúcar e à mineração. O argumento aponta existência de trama cenográfica em cidades do sertão do Ceará, em João Pessoa e Natal. Mesmo não compondo o drama barroco inerente a Ouro Preto, Salvador e Olinda; as estruturas religiosas destas cidades apontam para a espacialidade barroca. A experiência urbana barroca ficou restrita no Brasil somente aos grandes centros? O que aconteceu nos demais aglomerados espalhados pelo Brasil? Como a Igreja exerceu sua persuasão e sedução através de sua materialidade construída? Seria possível experimentarmos ressonâncias barrocas no espaço de centros não considerados administrativamente expressivos entre o século XVIII e XIX? É possível a apreensão em pequenos trajetos urbanos de estruturas religiosas, promovendo efeitos de surpresa próprios da dinâmica da barroca, sensibilizando transeunte, autorizando a atribuição de uma condição barroca a tais núcleos?

PELOS ARREDORES DA CAPITAL IMPERIAL

Fania Fridman (UFRJ)

Este trabalho, que é um desdobramento daquele que venho desenvolvendo nos últimos anos sobre a dinâmica espacial fluminense, pretende recuperar as políticas de caráter planejado no Oitocentos. O tema de reflexão desta pesquisa refere-se à análise da natureza da intervenção no "espaço imperial" através de programas urbanos e regionais. De modo a contar com um repertório dos projetos, protagonistas, instituições, empreendimentos e das lutas travadas, proponho o estudo da formação de núcleos urbanos e de regiões vinculando-o à fundação e extinção de aldeamentos, freguesias, vilas, cidades e de núcleos coloniais, à abertura de redes de comunicação e à delimitação das comarcas e das fronteiras, isto é, o "fazer" lugares que serviram aos interesses dos poderosos do país. Exploro a gestão dos recursos territoriais, as normas, os atores, os ideários e a natureza do desenho político tendo como arena os arredores da cidade do Rio de Janeiro. Tal reflexão tem como base o exame dos planos relativos à formação da rede urbana e ao ordenamento territorial de localidades do antigo termo da cidade do Rio de Janeiro que hoje compõem os municípios de Duque de Caxias, São João do Meriti, Magé, Queimados, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, Guapimirim, Japeri, Paracambi e Seropédica.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**

ALDEAMENTOS INDÍGENAS NAS CAPITANIAS DE SÃO PAULO E GOIÁS: NOTAS PARA UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Maria Fernanda Derntl (UNB)

Os aldeamentos indígenas foram instrumentos privilegiados na gestão de territórios da América portuguesa, sobretudo entre meados do século XVIII e início do século XIX. Nesse período, um amplo processo de secularização de aldeamentos antes sob a tutela de ordens religiosas contribuiu para reforçar a ocupação de áreas fronteiriças ou litigiosas e para ampliar o controle da Coroa portuguesa sobre a mão-de-obra indígena. O estabelecimento de aldeamentos indígenas teve, porém, feições distintas em cada uma das capitanias e articulou-se de modo específico com a rede urbana existente em cada uma delas. Além disso, intervenções no sentido de ordenar os espaços dos aldeamentos também levaram a configurações muito diversas em razão de materiais, técnicas e tradições de construção locais. Este trabalho busca identificar regularidades e especificidades no processo de criação de aldeamentos nas capitanias de São Paulo e Goiás, considerando tanto sua distribuição como a produção de seus espaços por autoridades, índios e colonos.

POR UMA NOVA HISTÓRIA URBANA MENOS REGIONALIZADA.

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (USP)

O desafio de explorar um Brasil de dimensões continentais impõe um trabalho coletivo para se descontruir “narrativas” e “lugares comuns” que acabaram adquirindo estatuto historiográfico, sobretudo mitos emanados dos institutos históricos e geográficos nacional e regionais. Pesquisas recentes fazem saltar à vista novas territorialidades com ramificações bastante alargadas. Desmontam a tese da “colonização arquipelágica”, rompendo com a ideia de “fragmentação” e “descontinuidade” entre as partes do Brasil. Revelam territorialidades macrorregionais e zonas de intersecção de perfil cultural híbrido. Desmontam axiomas históricos, como estanqueidade na divisão técnica e social do trabalho. Esses estudos revelam materialmente formas e tipologias de articulação, inclusive intermodais. Revelam uma diversidade de pontos de enraizamento e mobilidade de uma rede urbana mais plural e interiorizada do que nos parecia. Numa linha de trabalho braudeliana, buscam explicitar “onde”, “quem passava”, “o que se transportava” e “como” funcionavam as comunicações entre as partes colônia, dando pistas sobre diferentes tipologias de rotas terrestres e fluviais e de núcleos de enraizamento e mobilidade que garantiam pouso e abastecimento nas jornadas. Por meio do estudo da lógica dos fluxos e dos atores em movimento, permitem imaginar hibridismos na língua, na alimentação e na cultura material em territorialidades outrora lidas numa chave endógena.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**

DE CAMINHOS ANTIGOS A ESTRADAS DE FERRO: ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE NO SÉCULO XIX

MARIA SIMONE MORAES (IFS)

Até meados do século XIX, a circulação de pessoas e produtos na província da Parahyba do Norte dava-se através dos antigos caminhos coloniais, desenhado pelos colonizadores no processo de ocupação territorial. Tratavam-se dos caminhos do gado, das estradas reais e de pequenas veredas que, como mostram os relatos da época, eram de trânsito difícil e penoso. Diante desse contexto, na segunda metade dos oitocentos, surgiram as primeiras discussões e implantações de estradas de rodagem e estrada de ferro nesta província, expressões do desenho geopolítico que a elite local pretendia imprimir na preexistência, tendo em vista reordená-la para entender aos seus interesses. O trabalho objetiva analisar a inserção das rodagens e estradas de ferro na estruturação territorial da província, evidenciando as permanências e as rupturas com os antigos caminhos coloniais. Pretende-se apresentar uma geografia histórica dessas vias a partir de uma cartografia retrospectiva como possibilidades de leitura das transformações ocorridas.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**